



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

ATA - 5ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA- 2022. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 14 de julho de 2022, às 14h, por meio de webconferência e com o uso da Ferramenta Google Meet, realizou a 5ª Reunião Plenária Extraordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Presidenta do CEDIM/SC, Rosaura Rodrigues. A 5ª Reunião Plenária Extraordinária contou com a presença das **Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Ana Borges França, representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES); Conselheira Titular Stephanie de Lassus e Conselheira Suplente, Luciana Pereira, representantes da Secretaria de Estado da Administração (SEA); Conselheira Suplente Fernanda Vieira, representante do Colegiado Superior de Estado da Segurança Pública (CSSPO); Conselheira Titular Débora Barbosa, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS); Conselheira Titular Rachel Niehues Aust, representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR) e Conselheira Titular Janice Bunn, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED). **Participaram também as Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Rosaura Rodrigues, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Fernanda Labiak, representante do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (CRP/12); Conselheira Titular Júlia Melim Borges Eleutério, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari; Conselheira Titular Erli Aparecida Camargo, representante do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages/SC; e Conselheira Titular Daniele Soares da Silva, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina - FETAESC. **Justificaram ausência**: Conselheira Titular Patrícia D'Avila, representante do Colegiado Superior de Estado da Segurança Pública (CSSPO); Conselheira Titular Gláucia de Oliveira Assis, representante da UDESC/ Laboratório de Relações de Gênero e Família da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina; Conselheira Titular Mariana Fraga, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Conselheira Titular Ketherine Hill, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SDE);



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Conselheira Suplente Manuela Brandão, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS); Conselheira Suplente Aline Pallaoro, representante da Secretaria de Estado da Saúde e a Conselheira Titular Sheila Sabag, representante da Associação Casa da Mulher Catarina. A **Reunião contou ainda com a presença** de participantes convidados: Sibebe, representante da SAVS de Joinville; Soldado Frents e Soldado Gabriele, representando a Coronel Naíma da Rede Catarina- Polícia Militar de SC e Simone Rodrigues, Coordenadora de Políticas de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência de Blumenau. A 5ª Plenária Extraordinária do CEDIM/SC do ano de 2022 teve a seguinte **pauta**: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas; 3. Aprovação da Ata da 4ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2022; 4. Relatos das atividades do Grupo de Trabalho para tratar sobre Fluxo de Interrupção Legal da Gestação; 5. Informações e Deliberações sobre os Serviços de Referência no Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual no Estado de Santa Catarina; 6. Informes Gerais; 7. Encerramento. **Aberta a reunião**, após apresentação das Conselheiras presentes e demais participantes, do levantamento do quórum, Carol menciona as justificativas de ausência e comunica que a reunião será gravada e disponível no drive da conta do CEDIM no gmail. Carol passou para **3. Aprovação da Ata da 4ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2022**, sendo que o documento foi então aprovado pelas conselheiras. Ato contínuo, **4. Relatos das atividades do Grupo de Trabalho para tratar sobre Fluxo de Interrupção Legal da Gestação**. Carol menciona que a última reunião deste Grupo de Trabalho foi realizada no dia 11/07 onde tinham sido convidados a participar também, representantes do Conselho Estadual de Saúde e da Superintendência dos Hospitais Públicos, porém não compareceram e nem justificaram suas ausências, entretanto a representante da DIVE compareceu e tirou as dúvidas das participantes em relação à ficha de notificação de violência, especialmente no que diz respeito aos campos 55 (motivação da violência). Simone (6min) destaca que a participação da DIVE foi relevante uma vez que já foram informados sobre a elaboração do protocolo de ILG que este GT está produzindo. Simone também ressalta que na última reunião do GT ficou pendente o texto que deveria ter sido enviado pela Polícia Científica e também



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

o texto a respeito da interface com a Segurança Pública. Carol pondera que já foi agendada uma próxima reunião do GT para o dia 26/07 onde a Dra. Patrícia garantiu sua presença para realização do debate acerca da interface com a Segurança Pública. Entretanto, em relação ao IGP, não houve êxito até o momento. Rosaura sugere que além do CEDIM, que a Gerente Débora também tente contato uma vez que representa a SDS. Simone sugere que se questione ao IGP se a normativa elaborada em 2013 ainda está válida, caso positivo, seria necessário apenas acrescentar esse texto no documento. E em relação à Secretaria de Saúde, faltou apenas verificar a questão do DNA, questão essa que será apresentada na próxima reunião. Ana (14min) menciona que o documento em elaboração deverá ter a ciência e aprovação vinda primeiramente do Gabinete do Secretário de Saúde, bem como, sucessivamente, da Superintendência de Planejamento em Saúde - SPS/SES e da Superintendência Hospitalar - SUH/SES seguindo o fluxo hierárquico e de planejamento interno da SES. Stephanie (17min) aproveita a pauta e informa que ela e sua suplente, Luciana desejam convidar o CEDIM para participar de um evento onde o Governo do Estado irá apresentar todas as ações realizadas desde 2019 em relação ao protocolo de atendimento às vítimas. Luciana explica que a SEA possui setores responsáveis por projetos e monitoramento de ações que estão acompanhando indicadores como por exemplo: mortalidade por feminicídio; estupro de mulheres; violência doméstica e lesão corporal dolosa. A sugestão dada é que essa apresentação seja realizada na próxima reunião extraordinária do CEDIM, destacando que nessa reunião os indicadores da Segurança Pública serão apresentados, juntamente com as ações da Saúde e Assistência Social. Rosaura ressalta que participar de uma reunião presencial não é problema, que o importante é ampliar a reunião para audiência pública, com a participação do NUDEM da Defensoria Pública/SC, do MPSC e da Bancada Feminina da ALESC, que o que importa é não só apresentar números mas implantar políticas públicas de fato, o objetivo principal deveria ser o Plano Estadual de Políticas para mulheres. Rosaura comenta ainda que essa reunião será uma grande oportunidade para apresentar o fluxo que vem sendo construído pelo CEDIM sobre a ILG e confirmar se terá o apoio ou não do Governo do Estado, para que assim a Política de Saúde e Política de Direitos da Mulher ande. Erli (43min) relata que esse encontro



deverá ter uma ação catalisadora prévia, para levantar de tudo o que o CEDIM já construiu e que o passo seguinte seja a criação de uma comissão de monitoramento do protocolo de Interrupção Legal da Gestação. Ana sugere que seja convocado um técnico da Superintendência Hospitalar para trabalhar na construção do protocolo. Simone relata que há dificuldade em acessar o serviço de ILG e também debater a respeito, que o documento está sendo construído com base em legislações vigentes no país, com embasamento do Ministério da Saúde e sugere que seja estabelecido um prazo para finalização do documento. Stephanie esclarece que o objetivo da reunião será a sistematização dos procedimentos de violência contra as mulheres. Rosaura destaca que o Pacto Maria da Penha e a rede de atendimento já existem há quatro anos e que a reunião do Pacto onde participaram MPSC; Defensoria Pública; CEDIM; Bancada Feminina da ALESC e Governo do Estado é a própria reunião esta que está sendo proposta novamente. Ana questiona como será implantado o protocolo ILG nos hospitais que não são públicos. Rosaura informa que se é lei precisa ser cumprida em qualquer estabelecimento de saúde, seja ele público ou particular. Erli pondera que o Conselho Estadual de Saúde deveria regulamentar essa questão. Luciana e Stephanie sugerem que a reunião presencial poderia ser realizada na mesma data da reunião extraordinária visando otimizar as agendas de todos. Rosaura relata que para essa reunião ser efetiva será necessário organizar internamente quem irá, quem irá falar pelo GT do fluxo do ILG e quem irá falar pelo GT da sistematização, sugerindo que a presença da Simone é de extrema importância. Rosaura ainda lembra que seria importante convidar a comissão de saúde da ALESC para participar dessa reunião. Carol informa que não teria como marcar essa reunião para o dia 18/08 tendo em vista que já ficou agendada a próxima reunião do GT Fluxo e Sistematização nessa data. Stephanie informa que irá tentar agendar então para o dia 11/08 e ela mesma irá fazer os contatos para viabilizar essa data com os participantes que foram citados aqui. Simone se dispõe a participar da reunião. Ato contínuo, **5. Informações e Deliberações sobre os Serviços de Referência no Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual no Estado de Santa Catarina.** Carol (1h24 min) relata que foram enviados formulários para os órgãos do governo responderem ou não acerca do atendimento às vítimas de



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

violência com o prazo estipulado até 22/07. Até a presente data cinco órgãos responderam, sendo que a SAP e o IML responderam que não possuem serviços específicos e TJ, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros responderam positivamente. Luciana relata que pode estar havendo falha na comunicação entre os órgãos. Erli sugere que se crie um mecanismo intranet para que as pessoas envolvidas na construção do protocolo tenham acesso de forma contínua, sem depender do contato com servidores que poderão sair de seus locais de trabalho atuais num futuro próximo . Rosaura destaca por fim a importância da criação de uma Secretaria Estadual de Políticas das Mulheres. Ato contínuo. **6. Informes Gerais.** Carol (1h39min) informa que até o momento ainda não recebeu nenhum nome de alguma conselheira interessada em fazer parte da comissão eleitoral. E também de ninguém para compor as comissões de formação e comunicação na organização do Agosto Lilás. Carol falou também que a Carta de Compromisso para os próximos candidatos ao cargo de governador sofreu poucas alterações e sugere que se faça a leitura final dela na próxima reunião ordinária. Ana solicita que a secretária do CEDIM envie por email o regimento interno que explica a atribuição da comissão eleitoral. Débora pede a palavra e justifica sua ausência na última plenária. Débora explica as dificuldades que enfrenta na GEMDH por conta da falta de equipe técnica e informa que suas estagiárias estão auxiliando no processo das emendas impositivas. Débora irá fazer as adaptações e enviar o processo para a ENA, para que a ENA possa confirmar a data com o corpo docente. Rosaura sugere que Débora deixe arquivado em sua gerência como foi feito o processo da utilização do recurso das emendas para que a próxima gestão não encontre as mesmas dificuldades. Em relação ao Agosto Lilás, Rosaura informa que a própria reunião presencial que a Stephanie e a Luciana estão tentando organizar para o dia 11/08 já faz parte do Agosto Lilás do CEDIM. Débora relata que o Plano A da GEMDH era utilizar os ônibus itinerantes, porém devido às restrições pelo período eleitoral, precisaram pensar em outro plano, e estão aguardando retorno do Ministério da Mulher autorizando ou não o uso dos ônibus. Caso não dê certo, pensaram em fazer outras atividades: 1) Uma ação sobre a relação étnico racial em alusão ao Dia da Mulher Negra Latino - Americana e Caribenha em parceria com a Gerência da Igualdade Racial, da Diretoria de Direitos



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Humanos; 2) Uma ação solicitada pelo município de Laguna; 3) Uma ação de espaço formativo com a ALESC e 4) Uma ação com a Central de Penas Alternativas. Na Central de Penas Alternativas seria realizado um espaço formativo para as pessoas que estão em cumprimento de penas, onde se abordaria o tema da violência contra a mulher, por exemplo. Rosaura ressalta que não há problema em utilizar os ônibus durante o período eleitoral tendo em vista que eles fazem parte de uma ação contínua e não momentânea. E ainda sugere sempre envolver os conselhos de direitos locais onde for realizada a ação, além da procuradoria da mulher da câmara e a gestão municipal. Outra questão importante é a realização do fórum dos conselhos ou uma reunião interconselhos. Erli relembra que em 2019 foi realizada uma reunião entre o gabinete da SDS e todos os conselhos da SDS e ficou definido naquela data que esse tipo de reunião seria sistemática e bimestral com o objetivo de afinar assuntos convergentes. Erli informa que vai sugerir ao Conselho Estadual de Direitos Humanos que esse tipo de reunião seja retomada por aquele conselho e que já ocorra em agosto com o tema da violência contra as mulher. **7. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a 5ª Reunião Plenária Extraordinária do CEDIM/SC - Ano 2022. Eu, Carolina, Secretária Executiva, lavrei a presente ata. Link para acessar a gravação da Plenária:

<https://drive.google.com/drive/u/0/my-drive>